

# O TERRITÓRIO PRODUTIVO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE AMONTADA A PARTIR DO PLANO BRASIL SEM MISERIA

Paulo Roberto da Costa Oliveira<sup>1</sup>

[paulorbertoufc@hotmail.com](mailto:paulorbertoufc@hotmail.com)

Marize Luciano Vital Monteiro de Oliveira<sup>2</sup>

[marizevital@gmail.com](mailto:marizevital@gmail.com)

## Resumo

Os resultados parciais que ora apresentamos é fruto da pesquisa que vem sendo desenvolvida no Mestrado Acadêmico em Geografia da UVA e teve início em fevereiro de 2015. A mesma busca compreender os desdobramentos da política pública “Plano Brasil Sem Miséria - PBSM” no município de Amontada-Ce, destacando os critérios adotados na escolha das famílias que foram beneficiadas e as atividades implantadas a partir do fomento, programa de inclusão produtiva e social, no âmbito do PBSM e que no território pesquisado atendeu 50 comunidades e um total de 630 unidades de produção familiar, com a implantação de nove modalidades de projetos que agregam as seguintes atividades produtivas: bovinocultura, avicultura, ovinocaprinocultura, horticultura, suinocultura, pesca artesanal, artesanato, comércio/beneficiamento, agricultura.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar; Territórios Produtivos; Inclusão Produtiva e Social;

## INTRODUÇÃO

Considerando as políticas públicas de cunho social na atualidade, sabe-se que nos treze anos foram significativos os investimentos e avanços em programas para a erradicação de famílias em situação de extrema pobreza, especialmente em regiões como a Região Nordeste do Brasil, castigada pelas intempérias climáticas e principalmente pelas profundas desigualdades sociais, fruto do modelo de desenvolvimento, do colonialismo e da exploração e exclusão pelo modelo de produção capitalista.

Neste contexto, é importante elencar as políticas, programas e projetos sociais, como: Bolsa Família, Brasil sem Miséria, Minha Casa, Minha Vida, Programa Fome Zero, Programa Universidade para Todos, Luz no Campo, Luz para Todos, Rede de Proteção Social, Renda básica de cidadania, Rede de Proteção Social, Renda básica de cidadania, FIES, PROUNI, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, Programa Nacional de Produção e Uso de

---

<sup>1</sup> Estudante do Programa de Mestrado Acadêmico em Geografia (MAG/UVA); E-mail: [paulorbertoufc@hotmail.com](mailto:paulorbertoufc@hotmail.com)

Professora Adjunta do Curso de Geografia - CCH- UVA. E-mail: [marizevital@gmail.com](mailto:marizevital@gmail.com)

Biodiesel, Projeto Casa Brasil, entre outros; evidenciando-se os 28 milhões de brasileiros que saíram da pobreza, a expansão das oportunidades educacionais, o acesso a saúde e a inclusão produtiva.

O PBSM foi instituído pelo decreto Nº 7.492, de 02/06/2011, com a finalidade de a partir de inúmeros programas e projetos superar a situação de extrema pobreza da população em todo o território nacional, por meio da integração e articulação de políticas, programas e ações, cujo o alcance são as famílias com renda per capita mensal de até R\$ 70,00 (setenta reais), tendo como base diretrizes pautadas na garantia dos direitos sociais, acesso aos serviços públicos e oportunidades de ocupação e renda, em si mesmo essas diretrizes se constituem os três grandes eixos do PBSM (MDS, 2014; MENEZES e SANTARELLI, 2013).

A compreensão e apreensão do PBSM no território pesquisado nos possibilita entender os processos que deram origem as políticas públicas de superação da pobreza e miséria e sua territorialização em Amontada, Ceará, com o fomento, recurso para implantação de projetos e real possibilidade de inclusão social e produtiva.

Protanto, o resumo traz uma síntese da pesquisa que vem sendo desenvolvida no Mestrado Acadêmico em Geografia da UVA, com destaque para o eixo de inclusão produtiva apresentando os resultados quanto aos critérios para escolhas das famílias beneficiadas e a identificação das principais atividades produtivas financiadas pelo fomento.

## **Metodologia**

Os trabalhos consistiram em atividades de gabinete e campo. Em gabinete foram levantadas as referências sobre as temáticas políticas de inclusão social; territórios da cidadania; agricultura familiar; em livros, artigos, meio digital, bibliotecas virtuais e visitas a órgãos públicos como Instituto Agropólos, Prefeitura Municipal, Secretaria de Agricultura, entre outros.

Em campo procedeu-se a atividade a partir de reuniões com 74 famílias de seis comunidades selecionadas, cuja presença representou cerca de 85% dessas famílias. Foram aplicadas entrevistas em três momentos diferentes, procurando captar análises e visões diferenciadas sobre o programa a partir da compreensão dos sujeitos beneficiários e gestores do programa. As entrevistas representou o equivalente a 60% do universo da pesquisa. Concomitantemente analisou-se as fichas cadastrais do total dos beneficiários das seis comunidades selecionadas, levantando critérios para participar como beneficiário do programa e as modalidades dos projetos acolhidos pelas famílias.

Os dados foram somados àqueles adquiridos nas reuniões e entrevistas, posteriormente tabulados e digitados e seus resultados submetidos à análise.

## **Resultados e Discussões**

O município de Amontada, localizado no Litoral Oeste do Ceará, tem como coordenadas geográficas 3° 29' 40" Lat S e 39° 34' 43" Log W, distando da capital em linha reta 163,3 km (IPECE, 2015). De acordo com IBGE (2010), a população urbano é 15.947 e a rural 23.285 habitantes. Portanto a população urbana é inferior a rural, sendo a população urbana estimada em 40,65% e rural em torno de 59,35%. O município está inserido no território Vale do Curu e Aracatiçu, sendo 18 municípios nesta delimitação, abrangendo uma área de 12.143,70 Km<sup>2</sup> e uma população total do território de 571.045 habitantes, dos quais 259.456 vivem na área rural. No Vale do Curu e Aracatiçu estão presente 30.701 agricultores familiares, 3.527 famílias assentadas, duas (2) comunidades quilombolas e três (3) terras indígenas.

Os trabalhos de campo, com as reuniões, a realização das entrevistas e os dados levantados pelo Instituto AGROPOLOS permitem afirmar que todos os beneficiários cadastrados no PBSM a partir do fomento, foram inseridos através de critérios como: critério de rendimentos; exigência dos beneficiários inscritos no cadastro único e declaração de aptidão ao pronaaf (DAP), uma é uma espécie de identidade do agricultor, tem dupla titularidade e é expedida no nome do casal declarante através do sindicato rural ou a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater) do seu estado ou município, ou ainda, com os mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR); e a busca ativa. Na busca ativa, segundo Falcão et. al, (2014), a instituição contratada passa a buscar os pobres, onde quer que estejam para incluí-los em uma série de serviços e programas, ao invés de esperar que os vulneráveis venham em busca do que precisam. Assim, ainda de acordo com o autor citado, podemos constatar que as ações para implantar o programa em Todo o Vale do Curu e Aracatiçu foi fruto de ampla participação de diferentes entidades que definiram a partir de reunião e do diálogo a escolha de 50 localidades para inserção no PBSM, sendo uma delas o Instituto Agropolos, que atua em Amontada/CE, objeto da nossa pesquisa.

Conforme os resultados coletados, nas 50 localidades foram definidos 630 projetos, ou seja, 630 Unidades Produtivas Familiar foram atendidas e estão em execução, sendo os mesmos pensados pelas famílias e a partir de atividades que cada família acredita ter uma identidade maior com a atividade produtiva. A pesquisa mostrou que cada família foi contemplada com R\$ 2.400,00, divididos em três parcelas não reembolsável, onde para cada parcela recebida estava sendo emitido um orçamento para cada atividade, tanto para compra de insumos e equipamentos como para manutenção da atividade. Constatou-se também a assistência técnica às famílias beneficiários do programa, sendo contabilizado nove modalidades de atividades produtivas nos territórios produtivos da agricultura familiar no municípios de Amontada, Ceará (tabela 01), prevalecendo as escolhas de projetos de avicultura e ovinocaprinocultura, representando 487 do total de projetos, que de acordo com os beneficiários foi justificado em razão das características locais, dos espaços reduzidos para

o desenvolvimento das atividades produtivas e especialmente aliado as experiências vivenciadas com essas atividades fundada em uma tradição cultural desses tipos de atividades, bem como, o apego dos agricultores ao territórios.

Tabela 01 - Modalidades de projetos escolhidos pelas famílias nas UPF.

Projetos escolhidos por UPF no Município	Quantidade de projetos escolhidos no município	% De Projetos escolhidos
Bovinocultura	53	8,46
Avicultura	279	44,56
Ovinocaprino cultura	208	33,22
Horticultura	09	1,43
Suinocultura	23	3,67
Pesca Artesanal	09	1,43
Artesanato	07	1,11
Comércio/beneficiamento	32	5,11
Agricultura (cajuero, milho, feijão, mandioca)	06	0,95

Fonte: Instituto Agropolos do Ceará, 2012 Adaptação, Oliveira 2016.

Destarte, a tradição cultural, o cotidiano, os saberes, a forma de vida e a organização das atividades produtivas desenvolvidas por essas famílias ao longo de sua existência, aliadas às condições climáticas locais, sem dúvida culminou por definir a escolha de suas atividades, como bem nos fala um dos nossos entrevistados:

Eu só escolhi trabalhar com ovinocaprino porque eu herdei essa vocação dos meus pais, que sempre tiveram o zelo de manter na propriedade algumas cabras e ovelhas para ajudar no sustento da casa e eu vi que dar. E aqui na localidade que moramos iremos encontrar muitos que escolheram seu projeto para criação, porque aqui pra nós é uma tradição antiga, faz parte da nossa cultura criar animais (J.R.R.)

Outro fato importante, é que são famílias contituidas de pequenos proprietários, famílias que vivem e produzem em um pedaço de terra cedido por um familiar ou pelo patrão. Nos dois últimos casos, com a permissão para o desenvolvimento das atividades com o programa de fomento e inclusão produtiva.

Ao observar a tabela, vê-se que o feijão, o milho, representam menor participação, justificado pela necessidade de se produzir apenas para subsistência e por não ter terra suficiente para se produzir em maior quantidade. A produção da mandioca ainda é conduzida de forma artesanal e o caju é na sua grande maioria aproveitado de forma extrativa da natureza para comercialização da castanha. Assim, avicultura e ovinocaprino cultura representam não só agregar novos produtos na alimentação, como também, a possibilidade de ampliar a renda da família.

Os resultados a partir do recurso do fomento e a capacidade de organização das famílias, certamente condiz com a afirmação de Santos (1997, p. 119): “o uso completo ou incompleto, absoluto ou relativo, eficaz ou ineficaz, rentável ou não, dos recursos e possibilidades e das formas

em que se devem encaixar as determinações depende, em grande parte, dos modos de organização”.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Considera-se que a situação das famílias das unidades produtivas atendidas pelo recurso do fomento, na totalidade são realmente oriundas de situação de extrema pobreza e com aplicação do recurso em atividades que tinham maior identidade, com a ajuda dos técnicos que acompanharam por dois anos o processo de implantação e acompanhamento do desenvolvimento da produção possibilitou ampliar a renda, diversificar os tipos de alimentos que chega a mesa de cada família.

Outra observação relevante nas famílias de cada comunidade atendida pelo programa está relacionado ao grau de satisfação com seus projetos e as atividades produtivas, destacando outras conquistas como maior e melhor acesso aos serviços públicos, nas áreas da saúde (especialmente Unidades Básicas de Saúde); educação e; assistência social (Centros de Referência de Assistência Social – Cras, Centros de Referência Especializados de Assistência Social - Creas e outros centros), especialmente através de deslocamentos para esse tipo de atendimento na sede do município.

O modelo de política pública desenvolvido permite entender que a inclusão produtiva e social é possível, desde que acompanhada e dando possibilidade desses sujeitos tomarem suas decisões e agirem com autonomia na escolha de sua liberdade produtiva.

## **REFERÊNCIAS**

CAMPELLO, Tereza; MELLO, Janine. O Processo de Formulação e os desafios do Plano Brasil sem Miséria: por um país rico e com oportunidades para todos. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem miséria / Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. – Brasília: MDS, 2014.

FALCÃO, Tiago; COSTA, Patrícia Vieira. A linha de extrema pobreza e o público-alvo do Plano Brasil sem Miséria. In: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O Brasil sem miséria / Organizadores: Tereza Campello, Tiago Falcão, Patricia Vieira da Costa. – Brasília: MDS, 2014.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas /Ipece – Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará 2010. <http://www.ipece.ce.gov.br/index.php/perfil-basico-municipal>

IPECE- Instituto de Pesquisa Econômica do Ceará 2015. <http://www.ipece.ce.gov.br/index.php/perfil-basico-municipal>

MENEZES, Francisco; SANTARELLI, Mariana. Da estratégia “Fome Zero” ao Plano “Brasil sem Miséria”: elementos da seguridade social no Brasil. Rio de Janeiro: IBASE, 2013. Disponível em: <http://www.ibase.br/pt/wp-content/uploads/2013/02/proj-fomezero.pdf>.

SANTOS, Milton – A natureza do espaço, 2ª. edição. São Paulo : Editora Hucitec, 1996.